

O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Janicleide de Freitas Praxedes¹

Mônica Rafaela de Almeida²

RESUMO

Este trabalho buscou analisar em que medida o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) auxilia na inclusão de crianças autistas na Educação Básica. Para isto, fez-se uma pesquisa intervenção com nove professores de uma escola privada localizada no semiárido potiguar. Inicialmente foi aplicado um questionário que visou fazer um levantamento das dificuldades e desafios enfrentados na mediação da aprendizagem de estudantes autistas. Em seguida, fez-se um momento de formação sobre Educação Inclusiva e estratégias para planejamento de aulas pautadas na abordagem do DUA. Ao final da formação, aplicou-se um questionário para avaliar as possibilidades de contribuição do espaço formativo na prática docente. Os dados foram analisados seguindo os pressupostos da Análise de Conteúdo Temática, proposta por Minayo (2014). Os resultados da pesquisa sugerem muitos desafios na mediação do ensino e aprendizagem de estudantes autistas, mas os professores têm buscado observar as particularidades de cada um e assim realizar intervenções que auxiliem na inclusão. Percebeu-se também a existência de muitas lacunas na formação inicial e continuada dos docentes em relação às práticas inclusivas. Por fim, percebeu-se que práticas pautadas nos princípios do DUA e na aprendizagem colaborativa podem ser instrumentos fomentadores de inclusão escolar.

Palavras-Chave: Desenho Universal para Aprendizagem. Autismo. Inclusão. Educação Básica

ABSTRACT

This study aimed to analyze to what extent Universal Design for Learning (DUA) contributes to the inclusion of autistic children in Basic Education. For this purpose, an intervention research was conducted with nine teachers from a private school located in the semi-arid region of Rio Grande do Norte, Brazil. Initially, a questionnaire was applied to identify the difficulties and challenges faced in mediating the learning of autistic students. Subsequently, a training session on Inclusive Education and strategies for lesson planning based on the DUA approach was conducted. At the end of the training, a questionnaire was applied to evaluate the potential contribution of the training space to teaching practice. The data were analyzed following the assumptions of Thematic Content Analysis, proposed by Minayo (2014). The research results suggest many challenges in mediating the teaching and learning of autistic students, but teachers have sought to observe the particularities of each student and thus carry out interventions that assist in inclusion. There was also a perception of many gaps in the initial and continuing training of teachers regarding inclusive practices. Finally, it was

¹Especialista em Análise do Comportamento Aplicada na Educação de Pessoas com TEA e Aplicador pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí (FATEC). Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Professora da rede privada do Município de Severiano Melo/RN.

²Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Psicóloga da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa).

perceived that practices based on the principles of DUA and collaborative learning can be instruments that promote school inclusion.

Keywords: Universal Design for Learning. Autism. Inclusion. Basic Education.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, não há dados estatísticos oficiais sobre a incidência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na infância, mas os indicadores epidemiológicos mundiais têm mostrado um aumento significativo de diagnósticos na última década, um dos fatores que tem contribuído para isto é a maior visibilidade dada à temática e o acesso a profissionais especializados, além da nova forma adotada pela Psiquiatria para classificar e descrever os sinais e sintomas do TEA.

Em 2023, os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos da América, divulgaram que uma em cada 36 crianças de até oito anos de idade tem diagnóstico de TEA e a prevalência dos diagnósticos são maiores entre crianças do sexo masculino, com uma média de 3,8 meninos para cada menina (CDC, 2023). Estes dados apontam para a necessidade urgente de construir políticas públicas que possibilitem a inclusão de pessoas autistas no contexto escolar.

As dificuldades sociocomunicativas, os comportamentos disruptivos, as alterações sensoriais, a necessidade de seguir padrões e a rigidez de pensamento são algumas características do TEA, que precisam ser reconhecidas e acolhidas dentro da escola, para que não se tornem barreiras para a adaptação escolar e aprendizagem desses estudantes (Martins, Camargo, 2023).

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2022, apresenta que 1 em cada 4 pessoas com deficiência conseguem concluir a Educação Básica obrigatória. Estes dados evidenciam a urgente necessidade de ampliação das práticas inclusivas neste nível de ensino, de modo que as mais variadas deficiências sejam acolhidas e tenham espaço para construir seus itinerários formativos.

Os professores são parte importante no processo de inclusão de crianças autistas, por isso a formação docente em práticas e estratégias que favoreçam a adaptação escolar, o desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem de todas as crianças é fundamental, pois só assim é possível construir espaços educativos inclusivos e acessíveis.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é uma abordagem educacional que considera as especificidades individuais do aprendizado de cada pessoa, buscando elaborar práticas e estratégias que proporcionem a mediação da aprendizagem de todos os estudantes, focando na acessibilidade em todos os aspectos, de modo a construir caminhos educacionais para um aprendizado sem barreira (Zerbato, Mendes, 2021).

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar em que medida o DUA pode auxiliar na inclusão de crianças autistas na Educação Básica. Tendo como objetivos específicos: avaliar as dificuldades, possibilidades e desafios na mediação da aprendizagem de estudantes com TEA e discutir estratégias de mediação da aprendizagem para crianças autistas baseadas no DUA.

2. A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A Educação Inclusiva tem se ampliado nos últimos anos, principalmente após a promulgação de diversas legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabeleceu as prerrogativas para o atendimento de estudantes com deficiência; o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Lei nº 10.436/2002) como meio legal de comunicação e expressão; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012); a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015); o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024); a Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei nº 14.723/2023), entre outros.

As legislações supracitadas têm buscado garantir o direito dos estudantes com deficiência nos espaços escolares, mas observa-se que este ainda se encontra em processo, com muitos desafios e dificuldades, principalmente no que diz respeito a formação docente, a acessibilidade institucional, infraestrutura das instituições e recursos humanos adequado para atender os estudantes com deficiência em suas múltiplas diversidades.

Os estudos mostram que quando a inclusão é efetivada de forma ampla e efetiva, não apenas promove a equidade, mas também enriquece significativamente o processo educativo para todos os estudantes, pois o acesso a uma diversidade de experiências promove o desenvolvimento de habilidades socioemocionais essenciais para uma cidadania ativa e participativa na sociedade (Mantoan, 2015; Mascarenhas, Moraes, 2017; Teixeira, 2019).

A efetivação ampla da inclusão escolar requer a utilização de diversas estratégias, como oferecer um currículo flexível e adaptável às necessidades de cada estudante,

atendimento das particularidades individuais, adaptações pedagógicas e de recursos didáticos e tecnologias assistivas.

Proceder a uma adaptação específica para um aluno particular, em determinada atividade é um processo que gera segregação em sala de aula e desigualdade no acesso ao currículo. O desafio que a inclusão em educação coloca a formação e a prática docente é o de pensar um currículo que considere e trabalhe a partir das diferenças, ou dito de outro modo, pensar formas diferenciadas de ensinar o currículo para todos os estudantes (Ribeiro, Lustosa, 2023, p.7).

A formação docente contínua é um aspecto importante no processo de inclusão educacional, criando espaços para que os profissionais da educação possam ampliar seus repertórios de mediação do ensino e da aprendizagem.

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda (Mantoan, 2015, p.81).

Assim, a formação de professores na perspectiva inclusiva, precisa estar atrelada com os seguintes princípios: educação para todos, respeito às diferenças e acolhimento da diversidade e subjetividade humana, seja ela advinda de condições econômicas, orgânicas, ambientais ou psicológicas.

A inclusão escolar não deve ser vista como mera técnica ou projeto de escola, mas sim como uma mudança de paradigma, que atravessa modos de ver, de estar, de sentir, de aprender, de ensinar. Para tanto, se faz necessário apurarmos nossa sensibilidade em relação às diferenças, de modo a comprometermo-nos com o desenvolvimento dos estudantes, não partindo daquilo que lhes falta, mas potencializando o caráter peculiar de cada um deles no seu processo de ser e de aprender (Mascarenhas, Moraes, 2017, p. 159).

Desse modo, entende-se que a inclusão deve partir das potencialidades de aprendizagem dos estudantes, propondo atividades que favoreçam o seu desenvolvimento. Para isso, é necessário conhecer as especificidades das deficiências de cada educando e os meios que favoreçam o aprendizado (Santos, Lima, 2020). A inclusão na educação teve muitos avanços nas últimas décadas, mas ainda há muitos caminhos para percorrer, pois as

instituições educacionais, assim como a sociedade, precisam implementar diversas mudanças para que de fato seja ofertado uma inclusão que atenda a todos os estudantes com deficiência.

3. AUTISMO E ESTIGMAS: IMPLICAÇÕES PARA O CONTEXTO ESCOLAR

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por um padrão persistente de déficits na comunicação e interação sociais, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2022). A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012) apresenta a seguinte definição para o TEA:

[...] deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e nas interações sociais [...] marcada por [...] ausência de reciprocidade social; [...] padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados (Brasil, 2012, p; 1).

O diagnóstico do TEA é clínico, baseado em observações detalhadas do comportamento e do desenvolvimento da criança, realizadas por uma equipe multidisciplinar, que inclui médico, pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, professores e psicopedagogos (Júlio-Costa e Antunes, 2017). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5 TR) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-11) são os principais guias diagnósticos utilizados.

As características do TEA se apresentam de forma particular em cada indivíduo, havendo uma enorme heterogeneidade de sintomas e níveis de suporte, cada pessoa no espectro autista é única, com uma combinação específica de características (Schmidt, 2017). Assim, a inclusão de estudantes autistas na educação deve levar em consideração os interesses e potencialidades de cada indivíduo. Conhecer cada pessoa e suas especificidades é fundamental para mediação da aprendizagem e ampliação das possibilidades educativas, de modo a combater o capacitismo (Teixeira, 2019).

O capacitismo está presente na sociedade, sendo “uma forma de opressão que define o indivíduo pela crença de que pessoas com deficiências são incapazes de realizar diferentes atividades, uma vez que possuem corpos ou mentes fora do padrão aceito como normal” (Lage, Lunardelli, Kawakami, 2023, p.02). Assim, o “capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’” (Sasaki, 2014, p. 10).

A escola tem um papel importante na desconstrução do capacitismo, contribuindo para a criação de novas representações sociais sobre a pessoa com deficiência, e isto só poderá ocorrer se os espaços educativos favorecerem o reconhecimento das competências e habilidades de pessoas com deficiência, dando oportunidades para que estas sejam mostradas na vivência escolar. Valorizar a diferença de aprendizagens e variar a forma como se apresenta o conhecimento também são elementos importantes para combater o capacitismo.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel importante no combate ao capacitismo, na promoção da inclusão e no apoio ao desenvolvimento educacional dos estudantes com deficiência, disponibilizando recursos e estratégias específicas para atender às necessidades individuais, de modo a garantir acessibilidade e equidade. Vale salientar que o TEA é uma condição de neurodesenvolvimento complexa, o que requer abordagens educacionais amplas e que garantam oportunidades de desenvolvimento segundo as especificidades de cada estudante.

4. DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é uma abordagem educacional que visa criar um currículo flexível e inclusivo, capaz de atender às diversas necessidades de todos os estudantes. Baseia-se na ideia de que há variabilidade entre os educandos e que as barreiras à aprendizagem não estão nas pessoas, mas no design do currículo (Ricardo, Saço, Ferreira, 2017; Zerbato, Mendes, 2021).

O DUA é baseado em três princípios: representação, ação e expressão e engajamento. A representação se refere ao oferecimento de múltiplas formas de representar as informações, diferentes modalidades de apresentação do conteúdo em sala (visual, auditiva, tátil), com apoios linguísticos e opções de personalização. A ação e expressão está relacionada ao ato de proporcionar várias formas de aquisição e demonstração dos conhecimentos (escrita, fala, desenho, uso de tecnologias assistivas, etc). O engajamento é tornar o conteúdo relevante e significativo para os estudantes, oferecendo escolhas de interesse, feedback frequente e uma aprendizagem autodirigida (Neves, Peixoto, 2020; Zerbato, Mendes, 2021).

Para a construção de um processo de aprendizagem baseada no DUA é necessário levar em consideração que há uma diversidade nas formas de aquisição do conhecimento historicamente produzido.

[...] se a forma de aprender de cada estudante não for respeitada, corre-se o risco de dar continuidade a um ensino tradicional, homogêneo e excludente, no qual o aluno [...] não tem vez. Dessa forma, o propósito do DUA parece vir ao encontro dos princípios de Educação Inclusiva, pois entende-se que é importante, em parceria com professores especializados e outros profissionais, a elaboração de recursos, materiais, atividades e espaços educativos e flexíveis para o aprendizado de todos os alunos, contemplando, assim, a diversidade, os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem (Zerbato, Mendes, 2018, p.6)

Há uma diversidade de práticas educacionais de inclusão ancoradas nos princípios do DUA, como: adaptação curricular, flexibilidade nas avaliações, opções amplas de avaliação, ambiente escolar acolhedor e respeitoso, acessibilidade física e informacional, entre outras. Dentro das estratégias de adaptação curricular, há o Plano Educacional Individualizado (PEI), uma ferramenta que fornece orientação para o ensino a partir das necessidades individuais do estudante com deficiência, com base em uma avaliação precisa do seu desenvolvimento. Assim, o PEI contém as adaptações no currículo, os recursos de apoio e as estratégias pedagógicas necessárias para garantir o progresso educacional do estudante (Costa, Schmidt, Camargo, 2023).

A aprendizagem colaborativa é outra prática que está ancorada nos pressupostos do DUA, uma abordagem educacional que visa trabalhar os conteúdos em grupo, buscando alcançar objetivos comuns, resolver problemas, completar tarefas ou criar projetos. Este método é baseado na premissa de que a interação social e a cooperação promovem um aprendizado mais profundo e significativo. Esta abordagem possibilita o desenvolvimento de habilidades sociais importantes, como a mediação de conflitos, comunicação assertiva e trabalho em equipe. Além disso, estimula a aprendizagem ativa e o protagonismo na construção do aprendizado, o que amplia o engajamento. Assim, a aprendizagem colaborativa propicia a convivência com diferentes perspectivas, enriquecendo a compreensão sobre o conteúdo e estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico (Torres, Irala, 2014).

Constituir práticas educativas de inclusão ancoradas no DUA, não apenas atende às necessidades individuais dos estudantes com TEA, mas também enriquece o ambiente educacional para todos os educandos, pois são abordagens que não se limitam apenas à adaptação curricular, mas promovem um ensino que valoriza a diversidade de habilidades e aprendizados.

5. MÉTODO

5.1 Reflexões sobre a perspectiva teórico-metodológica

Este estudo orientou-se pelos princípios da abordagem qualitativa da pesquisa, que procura entender a realidade dos fenômenos a partir de diálogos com os saberes produzidos nos contextos pesquisados, considerando as condições históricas e sociais que perpassam os objetos de pesquisa (Minayo, 2014; Mendonça, 2017).

Assim, este trabalho teve como referência a pesquisa-intervenção, que segundo Chasoot e Silva (2018), consiste em uma perspectiva de investigação que busca produzir conhecimento a partir de uma atuação com um conjunto de pessoas, compreendendo suas experiências e percepções e procurando realizar ações de intervenção que possibilitem a criação de novos fazeres e saberes.

Esse tipo de pesquisa frequentemente envolve uma abordagem participativa, em que pesquisador e participantes colaboram ativamente no processo de identificação de problemas, planejamento das intervenções e avaliação dos resultados (Rocha, Aguiar, 2003). Assim, a pesquisa-intervenção pode contribuir significativamente para a melhoria das condições e processos dos fenômenos pesquisados, ao mesmo tempo em que gera novos aprendizados e insights para o conhecimento historicamente produzido.

5.2 Fontes de informação e procedimentos de realização da pesquisa

As informações foram coletadas a partir de um questionário construído no Google Forms, que buscou compreender as dificuldades e desafios que os professores da Educação Básica tem para fazer a mediação da aprendizagem de estudantes com TEA.

Além disso, foi feita uma formação sobre Educação Inclusiva e estratégias para planejamento de aulas pautadas na abordagem do DUA. E ao final da formação, aplicou-se outro questionário, através do Google Forms, para avaliar as possibilidades de contribuição do espaço formativo na prática docente.

5.3 Cenário da pesquisa

Este estudo foi realizado em uma escola particular do Alto-Oeste Potiguar, que atende Educação Infantil (quatro turmas), Ensino fundamental I (cinco turmas) e Ensino Fundamental II (quatro turmas), que tem estudantes com TEA, mas não dispõe de AEE. A escolha da instituição pesquisa foi por conveniência, pois a pesquisadora principal faz parte

da sua equipe de ensino e percebeu a necessidade de construir espaços formativos sobre Educação Inclusiva.

5.4 Participantes

Participaram da pesquisa 09 professores da Educação básica, com idade variando de 27 a 50 anos. A maioria dos docentes participantes da pesquisa são mulheres, que se autodeclararam pardas. Em relação à renda, a maioria informou uma média de 1 salário-mínimo. A maioria dos participantes têm formação em Pedagogia (5 professores), seguido de Letras (3 docentes) e Matemática (1 professor).

A maioria dos professores que participaram da pesquisa atua na docência há mais de 5 anos, com vínculo apenas na rede privada e carga horária de 40 horas semanais. As turmas que os participantes atendem estão distribuídas entre Educação Infantil e Fundamental II.

5.5 Análise dos dados

As informações foram analisadas por meio da análise de conteúdo temática proposta por Minayo (2014). Inicialmente fez-se uma leitura flutuante do material coletado, buscando explorar os dados. Em seguida fez-se a organização do texto em unidades de significado (frases, parágrafos), buscando relacioná-las com o referencial teórico, a partir da organização de categorias temáticas construídas a partir das unidades de análise construídas pela literatura sobre o tema. Os relatos dos professores foram organizados por ordem de resposta: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9.

6. O DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS

6.1 Possibilidades e desafios na mediação da aprendizagem de estudantes com TEA

A inclusão no espaço educacional é um aspecto urgente e emergencial, para Brites e Brites (2019) “inclusão significa que todas as pessoas devem ter acesso, de modo igualitário, a um determinado grupo, sistema, espaço ou processo de capacitação e de aprendizagem” (p.136).

A maioria dos participantes da pesquisa pontuaram que a inclusão escolar de crianças autistas deve ter como primazia o respeito às especificidades de cada estudante, de modo a promover estratégias adaptadas de ensino. Ressaltaram ainda que todos os alunos precisam ser tratados com empatia e equidade, conforme pode-se observar nos depoimentos:

Com equidade e empatia, buscando sempre promover o acesso ao ensino aprendizagem respeitando as limitações dos alunos, porém promovendo estratégias para possibilitar uma aprendizagem significativa. (P1).

Requer um olhar atento às relações interativas, buscando sempre reforçar com os alunos os conceitos de convivência, empatia e respeito com as especificidades de cada aluno. E pais, professores e funcionários devem caminhar juntos para que a inclusão aconteça. (P2).

Empatia e equidade são elementos essenciais para criar um ambiente escolar pautado na inclusão, em que cada indivíduo é valorizado e compreendido em sua heterogeneidade. Santos e Lima (2020) mencionam o quão significativo é o professor em sua prática pedagógica buscar remover as barreiras educacionais através do conhecimento das especificidades do modo de aprender dos seus estudantes, reconhecendo a diversidade presente na sua sala de aula.

A literatura aponta que profissionais da educação que tem uma formação contínua, estão mais bem preparados para adaptar suas práticas e utilizar materiais que atendam às necessidades dos alunos autistas (Mantoan, 2015; Mascarenhas, Moraes, 2017). Santos e Lima (2020) enfatizam que “a formação de professores para uma escola inclusiva não deve estar restrita à formação em nível de Licenciatura, mas requer uma continuidade ao longo do exercício profissional do docente” (p. 67). A formação docente contínua e os recursos pedagógicos apropriados foram apontados pelos professores como essenciais para desenvolver estratégias pedagógicas eficazes, conforme pode-se verificar nas narrativas:

Investimentos em formações continua nas áreas específicas que necessitam de apoio. (P4).

Sem dúvida, os recursos pedagógicos. (P7).

Os professores evidenciaram ainda que uma inclusão efetiva exige várias etapas e a participação multidisciplinar no planejamento das atividades, envolvendo educadores, pais e outros profissionais externos a escola, de modo a considerar a diversidade de tempo e de estímulos de aprendizagem (Heredero, Moreira, Moreira, 2022). Os docentes relataram ainda a importância de ver a criança autista como alguém com competências e habilidades distintas, que devem ser incentivadas. Percebe-se uma tentativa de desvincular o estudante de seu diagnóstico, focando em suas potencialidades:

Sim, pois focando nas especificidades de cada um ocorre maior resultado na aprendizagem. (P3).

De certa forma sim, pois inclui e coloca o aluno no centro do processo educacional. (P5).

Assim, reconhecer e valorizar as habilidades de cada criança autista é fundamental para promover uma inclusão escolar satisfatória. Para isso, o docente pode usar estratégias pedagógicas com enfoque nas potencialidades de cada aprendiz.

Em relação à necessidade de existir inclusão e acessibilidade na sala de aula para crianças autistas. A maioria dos profissionais salientou que a educação é um direito de todos e que está assegurado pela Constituição Federal de 1988. Os pesquisados também demonstraram em seus depoimentos que possuem consciência da importância de uma participação plena da criança autista na sala de aula, que só assim é possível garantir o direito de aprender e se desenvolver:

[...] olhar para o aluno, enxergando suas necessidades específicas é uma forma de acolher e repassar o conhecimento necessário para seu desenvolvimento. (P8).

Promovo atividades em que todos os alunos participem. As escolas ainda estão caminhando nesse processo de inclusão, falta muito a se alcançar! (P9).

Os docentes pesquisados também pontuaram que a convivência com outros estudantes pode ser um facilitador da aprendizagem das crianças autistas, pois aprende-se muitas habilidades por imitação, e a interação social tem um grande papel nesse processo:

Requer um olhar atento às relações interativas, buscando sempre reforçar com os alunos os conceitos de convivência, empatia e respeito com as especificidades de cada aluno. E pais, professores e funcionários devem caminhar juntos para que a inclusão aconteça. (P2).

Os participantes da pesquisa relataram ainda que a inclusão escolar exige flexibilidade e adaptação de atividades segundo as particularidades do aluno, sendo necessário o uso de recursos didáticos e interativos que buscam valorizar as potencialidades do estudante com TEA:

Trabalho a empatia e trazendo sempre um olhar mais humano nas práticas de ensino com metodologias ativas e inclusivas que priorizem a equidade e inclusão na educação especial. (P5).

Os professores pesquisados apontaram algumas lacunas e desafios no processo de inclusão escolar de crianças autistas, relatando a ausência de capacitações em Educação Inclusiva; apoio e suporte pedagógico e instrumentos que possam adaptar os conteúdos dos livros didáticos para crianças com TEA. Os participantes da pesquisa pontuaram ainda que a formação atual não é suficiente para a realização de uma inclusão plena:

Formação continuada dos professores; Criar e manter uma rotina; Utilizar dos interesses da criança nas atividades; Trabalhar com materiais adaptados; Estimular atividades coletivas; Orientações claras. (P1).

Formação continuada para os professores, família e comunidade escolar trabalhar juntas para a melhoria do aprendizado das crianças, a comunidade escolar trabalhar em conjunto em um só objetivo. (P2).

Formação para os professores como também para as famílias, para ambos caminharem juntos na inclusão. É importante também que se tenham jogos pedagógicos adaptados, atividades didáticas que desenvolvam as habilidades dos estudantes autistas. (P6).

As narrativas supracitadas apontam as dificuldades e desafios no processo de inclusão escolar, evidenciando a importância do investimento na formação contínua para os professores, a fim de capacitá-los para realizar práticas inclusivas que atendam às necessidades dos estudantes, o que vai de encontro aos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que visa desenvolver estratégias e práticas educativas para melhorar a qualidade de ensino de todos os estudantes, sejam eles típicos ou atípicos, tendo em vista a heterogeneidade de aprendizagem dos sujeitos (Zerbato, Mendes, 2018).

Ao questionar os docentes sobre que adaptações seriam necessárias para melhorar a mediação da aprendizagem de estudantes com autismo nos espaços escolares, a maioria mencionou a necessidade de uma abordagem colaborativa e contínua com as famílias e toda a comunidade escolar:

A primeira e principal seria sensibilizar todos do espaço escolar da importância de acolher essas crianças. (P9).

A sensibilização de todos os membros da comunidade escolar sobre a importância do acolhimento e inclusão de crianças com autismo é fundamental para criar um ambiente educacional acolhedor e inclusivo. A realização de campanhas e treinamentos de sensibilização para toda a comunidade escolar sobre inclusão e acolhimento de alunos com

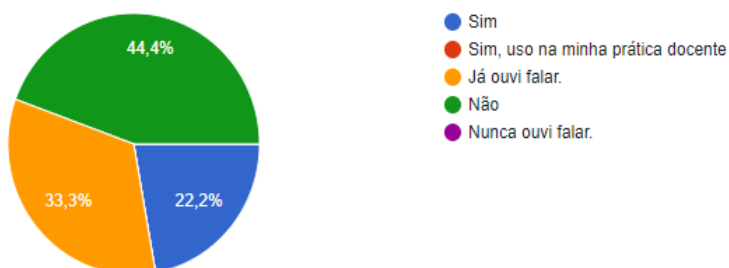
autismo pode incentivar a colaboração ativa no desenvolvimento e aprendizado desses estudantes.

Em relação às práticas pedagógicas centradas no estudante, a maioria dos professores relatou que estas tornam o processo de aprendizagem mais colaborativo, porque consideram as necessidades e características individuais de cada aluno, o que facilita a compreensão e a retenção do conteúdo:

[...] o estudante ao receber estímulos a aprendizagem com base em suas necessidades é uma forma de ajudá-lo a avançar no seu desempenho respeitando sempre as suas especificidades. (P6).

Percebe-se a partir das narrativas supracitadas que seria relevante desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação contínuos sobre o fazer docente, de modo a reconfigurar as práticas, técnicas e vivências de acordo com as necessidades dos estudantes, sejam típicos ou atípicos. Considerando isso, procurou-se verificar se os professores pesquisados conheciam e utilizam o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA):

Gráfico 1: Conhecimento dos docentes acerca do DUA



Fonte: Arquivo da pesquisa

Os dados do gráfico mostram que a maioria dos pesquisados desconhecem o DUA. Essas informações corroboram com as pesquisas de Zerbato e Mendes (2018), que demonstram ser uma temática ainda não muito aprofundada no Brasil, que o conhecimento dessa ferramenta de adaptação curricular ainda não é muito disseminada no contexto educacional brasileiro, mas a literatura científica sobre o assunto começa a ganhar reconhecimento e visibilidade nos últimos anos.

Assim, através da pesquisa, foi possível perceber, a necessidade de formações contínuas com vivências práticas de atividades que possam ser realizadas em sala de aula e possibilitem uma melhora na aprendizagem dos estudantes, sejam típicos ou atípicos. Desse

modo, buscou-se realizar uma formação sobre Educação Inclusiva e estratégias para planejamento de aulas pautadas na abordagem do DUA com os participantes da pesquisa.

6.2 Formação sobre Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)

A formação sobre o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) foi realizada na escola pesquisada, como forma de atender todos os docentes que atuam na instituição. Participaram da formação 9 docentes, estes receberam todo o material da formação impresso.

A formação foi iniciada com a leitura do cordel “Cordelando o motivo”, como forma de trazer um debate sobre a importância da figura do professor no processo formativo dos estudantes e os motivos que impulsionaram cada participante a estar inserido no momento formativo. Buscou-se valorizar as experiências dos professores e estabelecer um momento de partilha, seguindo o que conceitua Neves e Peixoto (2020) os professores “entendendo-os como sujeitos aprendentes, com saberes e não saberes” (p.13).

Em seguida, fez-se uma apresentação sobre Educação Inclusiva e os conceitos centrais do DUA, trazendo um breve resgate histórico do seu surgimento e importância deste para uma escola inclusiva. Posteriormente foram realizadas vivências práticas sobre afetividade, pois entende-se que “As emoções das pessoas e a afetividade são um elemento crucial para a aprendizagem” (Heredero, Moreira, Moreira, 2022, pg.5).

Debateu-se também sobre a importância de se construir diversas formas de apresentação e avaliação do conhecimento, apresentando alguns exemplos práticos. Os professores compartilharam durante a formação que já realizavam algumas ações similares aos princípios do DUA, apesar de não conhecer a perspectiva.

Assim, percebeu-se que os participantes da pesquisa se mostraram abertos a aprimorar suas experiências de prática docente, buscando configurações e estratégias para tornar sua prática na sala de aula inclusiva.

Desse modo, entende-se que o objetivo da formação foi atingido, pois foi possível proporcionar uma reflexão e momentos práticos sobre o fazer pedagógico, subsidiando estratégias baseadas nos princípios do DUA, de modo a gerar uma melhoria no ensino e aprendizagem de crianças autistas.

Ao final da formação aplicou um questionário de avaliação, e os professores participantes analisaram o momento foi muito positivo, que trouxe reflexões para repensar a prática docente e ampliar os saberes, o que poderá contribuir diretamente para o fazer profissional, conforme pode-se visualizar nos depoimentos:

A participação nessa formação ampliou minha compreensão sobre a importância da inclusão e me causou desejo de criar ambientes de aprendizado mais equitativos e acessíveis. Estou confiante de que as estratégias aprendidas contribuirão significativamente para o sucesso acadêmico e o bem-estar emocional de todos os meus alunos. (P8)

Com a formação do Desenho Universal da Aprendizagem foi possível refletir sobre a criação de ambientes de aprendizagem mais inclusivos e acessíveis, favorecendo todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais, pois ao adotar os princípios do DUA, podemos garantir que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal, promovendo uma educação mais justa e equitativa. (P9)

Fomentar espaços de formação continuada dos professores é fundamental para a construção de práticas inclusivas que respeitem as limitações e valorizem as potencialidades de cada estudante. Esse momento formativo foi extremamente relevante, pois propiciou aos docentes uma possibilidade de repensar as práticas docentes e construir estratégias de ensino e aprendizagem que atendam as necessidades educacionais de todos os estudantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do presente estudo era despertar uma reflexão e trazer contribuições de como melhorar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes autistas na Educação Básica, utilizando os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem. Os resultados da pesquisa sugerem muitos desafios na mediação do ensino e aprendizagem de estudantes autistas, mas os professores têm buscado observar as particularidades de cada um e assim realizar intervenções que auxiliem na inclusão.

Percebeu-se também a existência de muitas lacunas na formação inicial e continuada dos docentes em relação às práticas inclusivas. Por isso, realizou-se uma formação sobre Educação Inclusiva e estratégias para planejamento de aulas pautadas na abordagem do DUA, e esta trouxe espaços de construção de novas perspectivas de como abordar conteúdos de maneira equânime para todos os estudantes, alcançando assim a heterogeneidade presente na sala de aula.

Foi possível vislumbrar que a formação sobre o Desenho Universal para aprendizagem fez com que os docentes repensassem suas práticas e reconhecessem algumas práticas inclusivas que já realizam em sala de aula.

Por fim, percebeu-se que práticas pautadas nos princípios do DUA e na aprendizagem colaborativa podem ser instrumentos fomentadores de inclusão escolar. E destaca-se a necessidade de realização de novas experiências formativas pautadas no DUA, já que a maioria dos participantes da pesquisa realizou o primeiro contato com os princípios e práticas na formação. Mas mesmo assim, pode-se afirmar que a formação proporcionou resultados significativos para os professores, já que através das vivências eles adquiriram novos conhecimentos que subsidiarão a possibilidade de oferecer um ensino para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

APA, AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders** (5th ed.TR). American Psychiatric Publishing, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (de 05 de outubro de 1988), com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. Brasília: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Coordenação de Pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=37280&t=publicacoes> Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 05 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em: 04 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 05 maio 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 10 junho 2024.

BRITES, L., BRITES, C. **Mentes Únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

CHASSOT, C. S., SILVA, R. A. N. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: Relato de uma pesquisa em associação. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, pp. 1-12, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30181737>. Acesso em: 25 mai. 2024.

CDC, CENTERS OF DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years** — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2023. Morbidity and Mortality Weekly Report, 2023. Disponível em https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w. Acesso em: 30 maio 2024.

COSTA, D. S., SCHMIDT, C., CAMARGO, S. P. H. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280098, 2023. <https://doi.org/10.1590/S141324782023280098> Acesso em: 30 jun. 2024.

HEREDERO, E. S; MOREIRA, S.F.C; MOREIRA, F. R. Práticas pautadas no Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17.n 3, p.1904-1925, 2022.

JÚLIO-COSTA, A., ANTUNES, A. M. **Transtorno do Espectro Autista na Prática Clínica**. São Paulo: Pearson, 2017.

LAGE, S. R. M., LUNARDELLI, R. S. A., KAWAKAMI, T. T. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, v. 28, p. e93040, 2023. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e93040>. Acesso em: 26 jun.2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARTINS, J. S., CAMARGO, S. P. H. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, pp. 1-20, 2023. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104.5014> Acesso em: 30 jun. 2024.

MASCARENHAS, L. T., MORAES, M. Desafios e invenções tecidas entre formações de professores e inclusão escolar nas escolas públicas regulares brasileiras. In: M, MORAES et al. **Deficiência em questão para uma crise da normalidade**. Rio de Janeiro: NAU, 2017.

MENDONÇA, P. B. O. A metodologia científica em pesquisas educacionais: pensar e fazer ciência. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 5, n.3, pp. 87–96, 2017. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2017v5n3p87-96> Acesso em: 20 jun. 2024.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 14ª edição, 2014.

NEVES, F. P. L., PEIXOTO, J. L. B. Desenho Universal para Aprendizagem: reflexões sobre o desenvolvimento de aulas de Matemática. **Revista Exitus**, v. 10, 2020. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n0ID1153> Acesso em: 20 jun. 2024.

RIBEIRO, D. M., LUSTOSA, F.G. **Inclusão em Educação: Direito subjetivo, epistemologias e saberes**. 2023. Disponível em: <https://aiiipe.com.br/xi-encontro-aiiipe/> Acesso em: 03 jul. 2024.

RICARDO, D. C., SAÇO, L. F., FERREIRA, E. L. O desenho universal na educação: novos olhares diante da inclusão do ser deficiente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 1524-1538, 2017. <http://dx.doi.org/10.21723/riace.v12.n.esp.2.10083> Acesso em: 25 jun. 2024.

ROCHA, M. L., AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, pp. 64-73, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010> Acesso em: 25 mai. 2024.

SANTOS, J. M. O., LIMA, P. G. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Revista Docent Discunt**, v. 1, n. 1, p. 63-70, 2020. <http://dx.doi.org/10.19141/docentdiscunt.v.1n1.p63-70> Acesso em: 25 jun. 2024.

SASSAKI, R. K. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Reação: Revista Nacional de Reabilitação**, v. 96, n. 7, pp. 10-12, 2014. Disponível em: <https://revistareacao.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ED96.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SCHMIDT, C. Transtorno do Espectro Autista: Onde estamos e para onde vamos. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 2, pp. 221-230, 2017. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i2.34651> Acesso em: 25 jun. 2024.

TEIXEIRA, D. S. R. **Lucas, presente! Por uma inclusão escolar das crianças com Transtorno do Espectro do Autismo que ultrapasse o prescrito nas Políticas Públicas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TORRES, P. L., IRALA, E. A. F. Aprendizagem Colaborativa: Teoria e Prática. In: TORRES, P. L. (Org.). **Complexidade: Redes e Conexões na Produção do Conhecimento**. 1ªed. Curitiba: SENARPR, v. 1, p. 61-93, 2014.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, v. 22, n. 2, pp. 147-155, 2018. <https://doi.org/10.4013/edu.2018.222.04> Acesso em: 03 jun. 2024.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. 1-19, 2021. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730> Acesso em: 30 jun.2024.